

Inventário das praças e jardins históricos como instrumento de preservação do patrimônio paisagístico de Salvador

SESSÃO TEMÁTICA: ET 04: DIMENSÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM
CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

Autor 1: Aline de Figueirôa Silva/UFBA/aline.figueiroa@ufba.br

Autor 2: Calena Santana Trindade/UFBA/calenast@ufba.br

Autor 3: Jefferson Felipe Macêdo Bonfim/UFBA/jefferson.felipe@ufba.br

Autor 4: Tadeu Barradas Badaró/UFBA/tbadaro@ufba.br

RESUMO

Este texto aborda o processo metodológico de documentação das praças e jardins públicos consolidados entre o final do século XIX e o início da década de 1950 na cidade de Salvador, localizados em seu centro tradicional, o qual se divide historicamente entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa. O trabalho se fundamenta no estudo de fontes primárias documentais; revisão bibliográfica sobre a história de Salvador, de seus processos de urbanização e espaços públicos, particularmente nos fundamentos conceituais e empíricos apresentados na tese do geógrafo Milton Santos sobre o centro da cidade e sua paisagem; cartas patrimoniais, orientações metodológicas e instrumentos técnicos do Iphan; catálogos de espaços públicos e inventários do patrimônio cultural; visitas de campo; além da produção de mapas e plantas baixas. O texto introduz aspectos gerais da paisagem do centro de Salvador, especialmente tratando da tipologia de espaços livres aí localizados, entre os quais se destacam as praças e jardins históricos. A seguir, apresenta uma proposta de inventário dos espaços mais significativos como instrumento de preservação do patrimônio paisagístico da capital baiana. Ao final, traça breves considerações sobre avanços e limites da pesquisa realizada e do modelo de inventário proposto.

PALAVRAS-CHAVES: inventário, praças e jardins, preservação cultural.

ABSTRACT

This paper addresses the methodological process of documentation of public squares and gardens laid out between the late 19th century and the early 1950s in the city of Salvador, located in its traditional center, which is historically divided between the Upper City and the Lower City. The work is based on the study of primary documentary sources; literature review on Salvador's history, its urbanization processes, and public spaces - particularly on the conceptual and empirical fundamentals presented on geographer Milton Santos' thesis on the city center and its landscape; heritage charters, methodology guidelines and technical instruments from Iphan; catalogs of public spaces and cultural heritage inventories; field visits; and the production of maps and floor plans. The text introduces general aspects of Salvador's downtown landscape, especially addressing the typology of open spaces, among which historic squares and gardens stand out. Subsequently, it presents a proposal for an inventory of the most significant spaces as a tool for preserving the landscape heritage of the capital of Bahia. Finally, it outlines some brief considerations on the advances and limitations of the research conducted and the proposed inventory model.

KEYWORDS: inventory, squares and gardens, cultural preservation.

1 TIPOLOGIA DE ESPAÇOS LIVRES NA PAISAGEM DO CENTRO DE SALVADOR

A cidade de Salvador reúne, sabidamente, um significativo conjunto de bens reconhecidos como patrimônio cultural material e imaterial enquanto expressão dos modos de ocupar e construir o

território e das práticas sociais a ele associadas, materializadas na paisagem e nos espaços públicos urbanos ao longo do tempo.

O centro de Salvador – historicamente dividido em duas centralidades, correspondentes às cidades Alta e Baixa, separadas por uma falha geológica – concentra uma parcela significativa dessas expressões culturais, presentes no Centro Histórico e no bairro do Comércio¹, enquanto lócus da fundação da cidade, em 1549, e áreas de ocupação consolidadas no seu processo de expansão nos séculos subsequentes (Figura 1).

Figura 1 – Panorama de Salvador, 1912, com detalhe dos dois níveis (cidades Alta e Baixa) que estruturam a cidade, vistos a partir da Baía de Todos os Santos.



Fonte: Salvador-Antiga. Disponível em: <<http://www.salvador-antiga.com/comercio/cais-ouro/cais.htm>>. Acesso em: 29 de abril de 2024.

A conformação da paisagem do centro de Salvador constituída pela Cidade Alta (de caráter residencial, administrativo e religioso) e da Cidade Baixa (com funções predominantemente comercial, bancária e portuária) – resulta, assim, da acomodação das necessidades humanas ao perfil natural do sítio físico; da evolução histórica da sociedade que a moldou em resposta às forças naturais que orientam e orientaram essa mesma ação humana. Nesse sentido, o centro, pode, com efeito, ser compreendido como uma paisagem culturalmente modelada pelas necessidades e demandas da sociedade humana e sua capacidade de criação e de adaptação dirigidas pelo ambiente ou meio natural, ou, em outros termos, pelo constante jogo de forças antrópicas e naturais e pelo acúmulo e sobreposições que lhe tornam complexa e dinâmica.

A paisagem do centro de Salvador, conformada e apreendida em suas formas físicas e seu conteúdo social, é marcada, entre outros elementos, por um conjunto de espaços livres – praças, largos, parques, jardins públicos e espaços verdes remanescentes das roças conventuais, bem como as vias públicas, como ruas, becos e ladeiras decorrentes das ligações entre as distintas cotas topográficas características da geografia local. Tais espaços livres vinculam-se tanto ao peculiar relevo de Salvador (que historicamente também direcionou a criação de construções cívicas, religiosas, moradas e demais edificações), isto é, ao sítio onde a cidade nasceu,

¹ O Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico de Salvador, na Cidade Alta, foi tombado em 1984 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (com sua inscrição no Livro Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico) e reconhecido em 1985 como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Contudo, o processo de tombamento do Centro Histórico, em 1984, incorporou dois conjuntos remanescentes da antiga cidade de Salvador que já haviam sido tombados pelo Iphan em 1959: o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Subdistrito da Conceição da Praia e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico dos Subdistritos da Sé e do Passo. Por sua vez, o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade Baixa foi tombado pelo Iphan em 2009 (com sua inscrição no Livro Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico e no Livro Histórico).

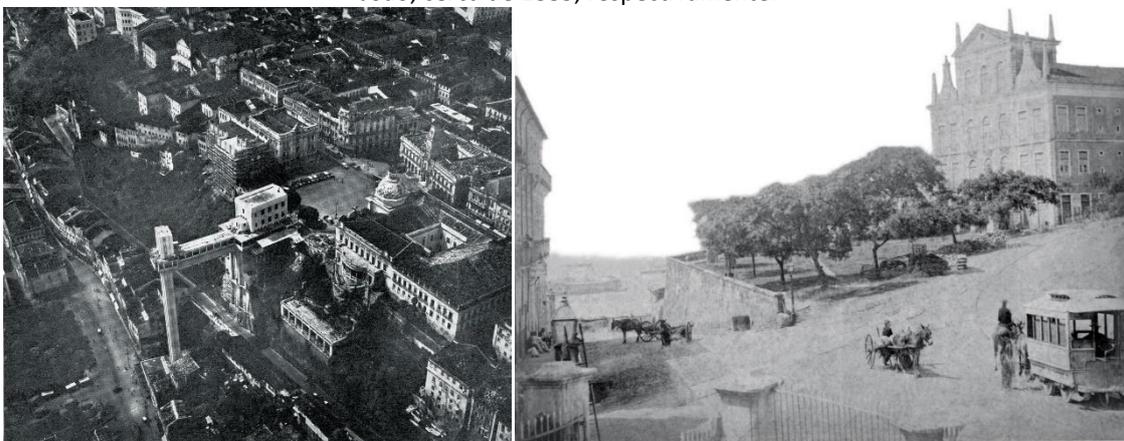
planejada no século XVI para ser a capital do Brasil, quanto à tal condição exercida durante o período colonial e ao seu quadro de atividades e funções urbanas.

É neste sentido que Milton Santos (1959) analisa o centro de Salvador a partir do estudo da evolução histórica urbana e regional, partindo de uma estrutura constituída pelas “formas de utilização e organização” do espaço central da cidade. Em sua tese doutoral de 1958, publicada em português no ano seguinte sob o título “O Centro da Cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana”, Santos (1959) aborda a paisagem do centro como um reflexo do embate entre as forças de inércia e as forças de transformação que ali se manifestam se manifestaram ao longo do tempo.

Nesta paisagem, os espaços livres relacionam-se a construções e conjuntos edificados, singelos ou monumentais, fluxos, transportes e condições de circulação, às formas físicas da paisagem e seu conteúdo humano, isto é, revelam-se em seu quadro espacial e articulam-se às dinâmicas sociais, econômicas e históricas a ela subjacentes.

Como expressão dessas relações tem-se os largos das igrejas, posteriormente ajardinados, como o Terreiro de Jesus e o Largo de Santo Antônio Além do Carmo; as praças-mirantes na Cidade Alta debruçadas sobre a encosta e das quais se contempla a Baía de Todos os Santos; a Praça Municipal, onde nasceu Salvador, com seus prédios administrativos, cívicos e institucionais e o Elevador Lacerda; a Praça Castro Alves e o Teatro São João (onde hoje existe o Palácio dos Esportes); e o Largo do Pelourinho, considerado “uma ladeira-praça, de forma irregular” por Milton Santos (1959, p. 170), entre outras praças e jardins (Figuras 2 a 4).

Figuras 2 e 3 – Praça Municipal com o Elevador Lacerda em 1930 e Praça Castro Alves com o Teatro São João, cerca de 1885, respectivamente.

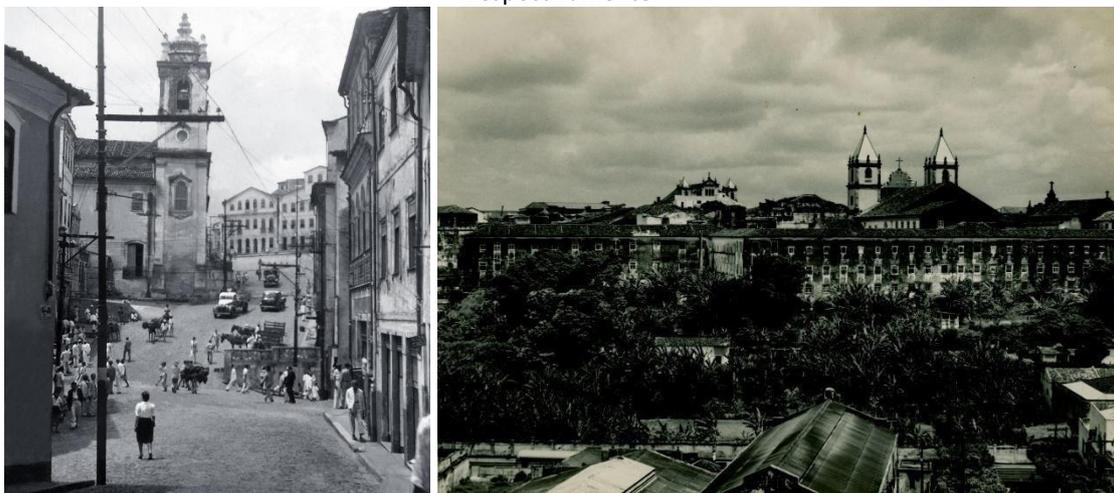


Fonte: Salvador-Antiga. Disponíveis em: <<http://www.cidade-salvador.com/lacerda/national-geographic-2.htm>> e <<http://www.salvador-antiga.com/praca-castro-alves/gaensly.htm>>. Acesso em: 29 de abril de 2024.

Especificamente no capítulo intitulado “A paisagem urbana e a vida do centro da cidade”, Milton Santos (1959) incluiu no que denominou de “espaços vazios” – aqui entendidos como espaços livres – por oposição e complementaridade aos “espaços construídos”, as ruas; praças; superfícies não edificadas como os terrenos vazios; a própria escarpa ou escarpamento de falha entre as cidades Alta e Baixa; os terrenos decorrentes de demolições, em razão da necessidade de se adaptar o desenho de vias e alargá-las, ou por evolução natural do papel do edifício; os jardins de mosteiros e as roças dos conventos onde havia diversos tipos de vegetação e árvores frutíferas. Os maiores resíduos de espaços livres vegetados nas cidades Alta e Baixa ainda nos

anos 1950 se limitavam à escarpa com sua cobertura vegetal, embora já reduzida atualmente, além das antigas roças conventuais, hoje também bastante fragmentadas, e da arborização de algumas praças (Figuras 5 e 6).

Figuras 4 e 5 – Largo do Pelourinho e detalhe Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos nos anos 1950 e Roça do Convento e Igreja de São Francisco provavelmente em meados do século XX, respectivamente.



Fonte: Salvador-Antiga. Disponíveis em: <<http://www.salvador-antiga.com/pelourinho/ladeira.htm>> e <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=432248>>. Acesso em: 29 de abril de 2024.

Figura 6 - Panorama de Salvador, cerca de 1939, com a encosta vegetada entre as cidades Alta e Baixa.

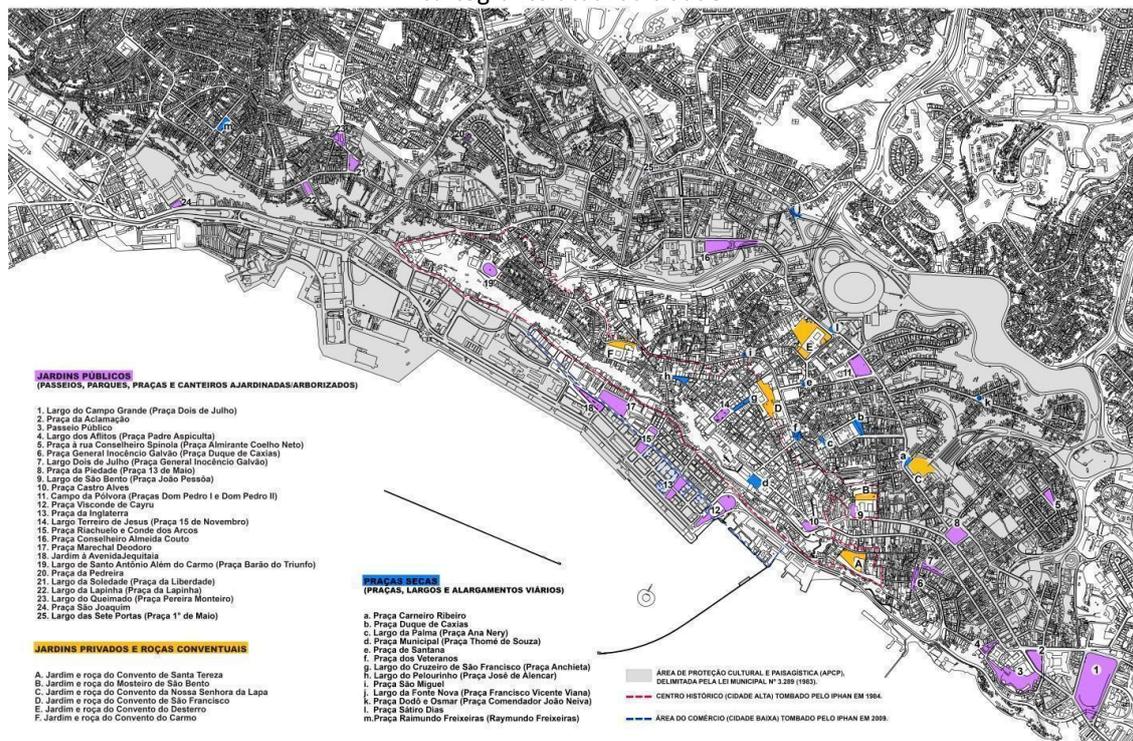


Fonte: Salvador-Antiga. Disponível em: <<http://www.cidade-salvador.com/seculo20/aerea-1939.htm>>. Acesso em: 29 de abril de 2024.

Esta compreensão é particularmente importante, já que, nos anos 1950, o centro era ainda, nas palavras do autor, o “centro histórico, religioso, administrativo, turístico e de negócios” (Santos, 1959, p. 101), antes do seu esvaziamento a partir dos anos 1970, com a dispersão das funções centrais, impulsionada pela construção do Shopping Iguatemi, do novo terminal rodoviário e pela abertura da Av. Luís Viana Filho (Av. Paralela), enquanto novo vetor de ocupação urbana (Silva et al, 2023, p. 9). Os anos 1950 marcam a consolidação dos principais espaços livres centrais, antes das grandes transformações e expansão urbana a partir de então.

Por outro lado, a despeito da sua importância histórica, cultural, social e paisagística, os espaços livres do centro de Salvador – e da cidade, de forma geral – foram pouco investigados quanto à sua conceituação, identificação e tipificação. Segundo Badaró e Silva (2022), que realizaram uma pesquisa em todas as edições da revista Paisagem e Ambiente publicadas entre 1986 e 2021, correspondentes aos números 1 ao 48 e disponíveis on-line, no intuito de mapear artigos que enfocam em particular a cidade de Salvador, foram identificados apenas sete textos tratando da capital baiana. Estes enfocam o mapeamento de espaços verdes; rios urbanos; construção, requalificação, apropriação, usos e funções de espaços livres como praças e parques; e projetos paisagísticos contemporâneos, com recortes em localidades litorâneas ou periféricas da cidade. Desse modo, os autores apontam que “não há, entre esses trabalhos, qualquer estudo que trate, especificamente, da conceituação e tipificação dos espaços livres de Salvador de modo mais abrangente” (Badaró e Silva, 2022, p. 5). Os autores analisaram a paisagem da Av. Juracy Magalhães Júnior a partir de quatro categorias de espaços livres: de recreação, de circulação, de equilíbrio ambiental e potenciais, sendo as praças e jardins incluídas no primeiro conjunto (Badaró e Silva, 2022).

Figura 7 - Mapa dos espaços livres do centro de Salvador até os anos 1950, projetados sobre a base cartográfica atual da cidade.



Fonte: Mapa elaborado por Calena Santana Trindade.

Assim, excluindo-se as vias, produziu-se um mapa dos espaços livres do centro de Salvador até os anos 1950, tipificando-os a partir das seguintes referências e procedimentos: estudos conceituais baseados em bibliografia sobre espaços livres em outras cidades brasileiras como Recife e Vitória (Sá Carneiro e Mesquita, 2000; Mendonça, 2015) e mapeamentos empíricos na Avenida Juracy Magalhães, ambos realizados por Badaró e Silva (2022); aportes de Milton Santos sobre o centro de Salvador, sua paisagem e seus “espaços vazios” (1959); análise do Atlas Parcial da Cidade do Salvador (1955); cruzamento dos dados empíricos levantados e projeção dos espaços livres consolidados até a década de 1950 sobre a base cartográfica atual (Figura 7).



Deste conjunto, ressaltam-se espaços verdes remanescentes considerados jardins públicos, como as praças ajardinadas, passeios e parques, identificados, mapeados e documentados considerando o aporte de “jardim histórico”, conforme visto a seguir.

2 INVENTÁRIO PRELIMINAR DAS PRAÇAS E JARDINS HISTÓRICOS DE SALVADOR

Previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988) como um dos instrumentos de preservação do patrimônio cultural brasileiro, o inventário exerce importante papel na classificação e valorização de bens culturais. Auxilia ações de identificação de bens materiais e imateriais, levando em conta dados quantitativos, arquitetônicos, estilísticos, históricos, geográficos e/ou sociais, entre outros.

Todavia, apesar da sólida tradição do Iphan no desenvolvimento de metodologias ou aplicação de inventários culturais visando à proteção de diferentes objetos e categorias do patrimônio brasileiro, ainda há uma carência de instrumentos, processos e exemplos de trabalhos destinados à documentação de espaços livres como praças, parques e jardins.

No âmbito da política federal de preservação cultural, em que a ação do Iphan é norteadora das práticas de proteção no país, cabe mencionar a atuação do órgão no estado do Rio de Janeiro, que concentra a maior quantidade de ações e tombamentos referentes aos jardins históricos e do patrimônio natural, de forma mais abrangente. Neste sentido, são instrumentos e referenciais relevantes para a proteção dos espaços verdes de valor patrimonial o Manual de Intervenção em Jardins Históricos (Delphim, 2005) e a Carta de Juiz de Fora, chamada de Carta dos Jardins Históricos Brasileiros (Iphan, 2010).

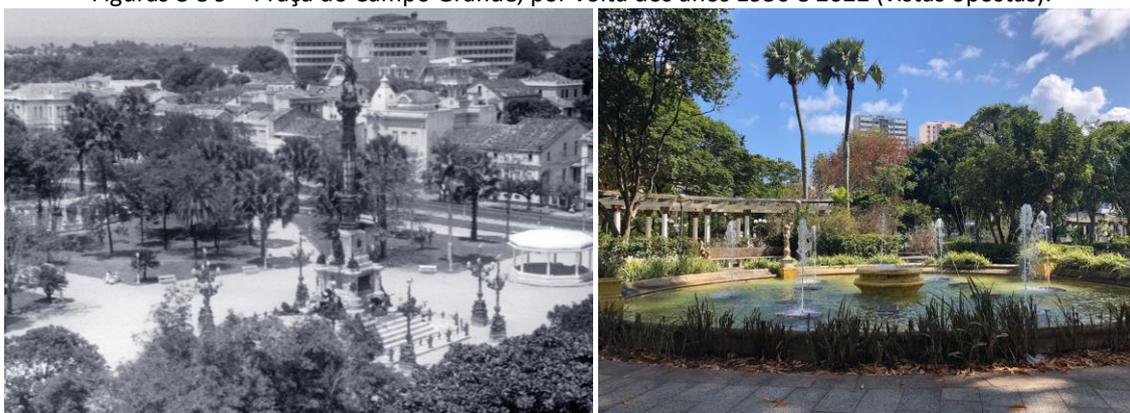
A Carta de Juiz de Fora define que os jardins históricos constituem “sítios e paisagens agenciados pelo homem” e “um rico testemunho da relação entre a cultura e a natureza”, abrangendo uma tipologia variada de espaços, como jardins botânicos, praças, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais, cemitérios e jardins privados, entre outros (Iphan, 2010, p. 2; 3). Ainda de acordo com o documento, “na realidade brasileira, equivalem aos jardins históricos em importância simbólica e afetiva, os locais de encontro e convívio, como os parques, jardins e passeios das cidades históricas” (Iphan, 2010, p. 2).

A Carta pontua que, a fim de assegurar a defesa e salvaguarda dos jardins históricos, estes “devem ser objeto de acautelamento legal, sob a forma de registros, inventários e tombamentos” (Iphan, 2010, p. 6). O inventário é uma das ações iniciais para sua proteção, pois fundamenta sua identificação e registro “por meio de pesquisa e levantamento das suas características e particularidades, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados, de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros” (Iphan, 2010, p. 6).

Segundo o Manual, a importância da identificação do bem cultural através de um levantamento completo “gera uma consciência do que é o patrimônio, tornando-o parte integrante da sociedade atual” (Delphim, 2005, p. 25). Assim, um inventário é um instrumento relacionado ao reconhecimento e registro de um tipo de bem cultural e dos elementos que o compõem.

Considerando, por um lado, o “conhecimento empírico, histórico e atual acerca da paisagem de Salvador e seus espaços livres públicos localizados no centro da cidade” (Silva et al, 2023, p. 4), como brevemente apresentado no item anterior, e, por outro lado, apontamentos e reflexões sobre o significado e a importância do inventário e dos jardins históricos, bem como seus processos de inventariação, propôs-se a elaboração de uma ficha para o levantamento e registro das praças e jardins antigos mais significativos da capital baiana (Figuras 8 a 11).

Figuras 8 e 9 – Praça do Campo Grande, por volta dos anos 1950 e 2022 (vistas opostas).



Fonte: Salvador-Antiga. Disponíveis em: <<http://www.salvador-antiga.com/campo-grande/campo-grande-bahia.htm>>. Acesso em: 30 de abril de 2024; Acervo da pesquisa.

Figuras 10 e 11 – Terreiro de Jesus, por volta dos anos 1950 e em 2021 (vistas opostas).



Fonte: Salvador-Antiga. Disponíveis em: <<http://www.salvador-antiga.com/terreiro/terreiro.htm>>. Acesso em: 30 de abril de 2024; Acervo da pesquisa.

Desse modo, para a elaboração de um modelo de ficha de inventário adequado à realidade de Salvador (Figura 12), foram identificadas e analisadas cerca de dez referências – artigos, livros, teses, leis, inventários, catálogos e cadastros de espaços livres de interesse histórico, a exemplo de praças, parques, passeios e jardins – entre as quais se ressaltam Cabrera (1999), Berjman (2001), Araújo (2006), Andrade (2009), Barbosa (2011), Magalhães (2015) e Sá Carneiro e Silva (2017), embora contenham escopos distintos.

Com o objetivo de permitir a comparação entre essas referências, o conteúdo de cada uma delas foi resumido em um padrão similar de ficha. Deste modo, produziu-se uma ficha com as variáveis e categorias dos distintos espaços enfocados, examinados ou inventariados em cada um dos trabalhos analisados (dados de identificação e localização, aspectos arquitetônicos, estilísticos e paisagísticos (traçado, vegetação, mobiliário, elementos artísticos e escultóricos, infraestrutura), dados históricos e atuais, características do entorno, condições de acesso e acessibilidade, usos, projetistas, legislação de proteção, entre outros. Após essa etapa, foi fundamental cotejar cada uma das fichas geradas, a partir dos seus diversos campos de análise, com os espaços livres da capital baiana, “fornecendo subsídios acerca das especificidades de um inventário do patrimônio paisagístico e permitindo a elaboração de um modelo aplicável aos logradouros de Salvador” (Silva et al, 2023, p. 4) (Figura 12).

Figura 12 - Modelo da ficha de inventário desenvolvido para as praças e jardins de Salvador.

MODELO DE FICHA DE INVENTÁRIO PRELIMINAR						
Projeto "Jardins públicos de Salvador: um estudo sobre os jardins históricos de interesse patrimonial"						
1. Identificação						
Nome do logradouro						
Outra(s) denominação(ões)						
Denominação(ões) antiga(s)						
2. Localização						
Bairro						
Vias adjacentes						
Orientação predominante						
Coordenadas geográficas						
3. Configuração espacial						
Forma						
Área						
Perímetro						
Topografia						
Altitude						
4. Descrição histórica						
5. Projetos e intervenções						
Ano/Período	Administração pública			Projetista		
6. Descrição atual						
Traçado e pavimentação						
Vegetação						
Fauna						
Equipamentos						
Elementos aquáticos						
Monumentos e Esculturas						
Sinalização						
Elementos de acessibilidade						
7. Usos e público usuário						
8. Entorno						
Uso do solo						
Nº de pavimentos das edificações adjacentes						
Marcos arquitetônicos						
Relações visuais						
9. Estado de conservação						
Condição geral	Bom		Regular		Ruim	
Descrição						
10. Proteção legal						
Autor(es) do preenchimento					Data	

Fonte: Acervo da pesquisa.



Para inventariar as praças e jardins históricos de Salvador foram selecionados, a partir do mapa de espaços livres anteriormente referido (Figura 7), doze espaços ajardinados entre os espaços livres inaugurados ou reformados nas áreas de ocupação do antigo centro da cidade e sua expansão Sul, entre o final do século XIX e a primeira metade do XX. Dentre esses doze logradouros, foram escolhidos sete espaços para a realização do inventário, em nível preliminar: Praça do Campo Grande (Figuras 8 e 9), Terreiro de Jesus (Figuras 10 e 11), Largo de Santo Antônio Além do Carmo, Praça Castro Alves, Praça Visconde de Cairu, Praça Marechal Deodoro e Praça da Inglaterra, que se destacam pelos seus atributos arquitetônicos, paisagísticos e históricos.

A aplicação das fichas aos sete espaços que compuseram a amostra definida permitiu a sistematização do conhecimento produzido em diferentes planos de trabalho articulados à pesquisa principal, tornando mais objetiva a consulta às informações sobre as praças e jardins inventariados. Foram sistematizados dados referentes à sua descrição histórica e geográfica, atributos arquitetônicos e paisagísticos, informações atuais, condições de uso e conservação, situação legal e entorno.

Esses dados revelam um conjunto heterogêneo de espaços livres públicos – época de criação, configurações, projetos realizados, localidades do centro onde se situam com diferentes dinâmicas urbanas, bem como os impactos destas sobre seu estado de conservação, agentes envolvidos na sua produção ao longo da história, como governantes e projetistas, entre outras informações.

Ao analisar os espaços inventariados em perspectiva de conjunto, pode-se destacar que o Terreiro de Jesus é o único projeto realizado pelo paisagista Roberto Burle Marx em uma praça de Salvador. Por sua vez, registraram-se bens integrados e elementos típicos remanescentes de épocas específicas enquanto importantes testemunhos do saber e fazer paisagísticos no Brasil – as pérgolas da Praça do Campo Grande, comuns no século XX e frequentes com a difusão do mobiliário em cimento armado; o coreto em ferro do Largo de Santo Antônio Além do Carmo, erguido no século XX e marco das praças e jardins públicos dos séculos XIX e XX; a fonte metálica dezenovista do Terreiro de Jesus como um raro remanescente da arquitetura do ferro nos espaços públicos da cidade; a presença de árvores e palmeiras exóticas, entre outros dados relevantes. Observam-se também as diferentes ameaças e problemas que afetam a conservação das praças e jardins de Salvador, ora relacionados ao esvaziamento da zona central da cidade, ora aos usos essencialmente pautados na exploração comercial e turística do patrimônio urbano e cultural.

Cabe mencionar, ainda, que a comparação entre os dados históricos e os dados atuais desde 2018 evidencia constantes mudanças, ainda que pontuais, nas praças e jardins analisados, em razão da instalação e remoção de equipamentos, introdução de elementos desconexos ou que promovem descaracterizações (placas, tablados, totens, bicicletários), muitas vezes motivadas por ações de cunho turístico e eventos temporários, afetando a leitura dos seus atributos históricos, paisagísticos e morfológicos. Os sete espaços inventariados passaram, de 2018 até a presente data, por intervenções pontuais ou reformas completas, reafirmando a importância quanto à elaboração de instrumentos de preservação do patrimônio paisagístico de Salvador e políticas referentes à regulamentação de projetos arquitetônicos e urbanísticos nele diretamente incidentes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a conclusão do projeto, a ficha de inventário elaborada vem sendo aplicada a outros espaços, alargando a amostra inicial da pesquisa, procedimento importante para a validação e consolidação da metodologia desenvolvida. Assim, o processo de documentação realizado transcende o registro dos aspectos essenciais dos espaços inventariados, mas considera a paisagem da qual fazem parte e as dinâmicas das distintas localidades que compõem a zona central de Salvador.

Por um lado, em razão da escassez de dados sistematizados, publicações e estudos abrangentes sobre os espaços públicos ajardinados mais antigos de Salvador, das opções metodológicas e composição da equipe, do campo da Arquitetura e Urbanismo, o inventário elaborado trata-se de um levantamento preliminar, enfatizando tanto a descrição histórica dos espaços documentados – fundamentada na coleta e tratamento de documentos primários, escritos, cartográficos e visuais –, quanto na descrição da sua configuração e aparência atual – baseada em sucessivas visitas de campo e verificações in loco.

Por outro lado, o modelo de ficha de inventário elaborado e aplicado carece de avançar em relação a aspectos e elementos fundamentais como a vegetação e os bens integrados, além dos valores imateriais associados a práticas tradicionais, eventos cívicos ou religiosos que compõem as expressões do patrimônio cultural soteropolitano. Para a preservação dos atributos vegetais desses espaços, é fundamental a realização de um estudo botânico que considere tanto um levantamento florístico atual, quanto a identificação de espécies antigas, bem como a análise estilística e iconográfica dos artefatos artísticos, a exemplo das fontes e esculturas.

Em síntese, as fichas de inventário produzidas e a difusão da pesquisa, tema lacunar no campo das políticas de preservação cultural no Brasil, buscam o registro específico dos bens estudados, bem como sua promoção e valorização, sinalizando a importância de protegê-los em razão dos seus elementos arquitetônicos e escultóricos históricos, sua massa vegetal, relevância para a formação e expansão de Salvador, para a história dos bairros onde se situam, uso atual pela população e/ou como partes integrantes de conjuntos urbanos protegidos.

AGRADECIMENTOS

Este texto decorre do projeto de pesquisa “Jardins públicos de Salvador: um estudo sobre os jardins históricos de interesse patrimonial”, apoiado pelo Edital Universal do CNPq, aprovado em 2018 e desenvolvido entre 2019 e 2022, contando com bolsas de Iniciação Científica do PIBIC (CNPq, Fapesb, UFBA) e de Iniciação à Pesquisa do Programa Permanecer (UFBA), aos quais registramos nossos agradecimentos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Inês El-Jaick. 2009. 284f. Dimensão ambiental do patrimônio verde público urbano: o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse histórico. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-23032010-100442/pt-br.php>>. Acesso em: 08 maio 2022.

ARAÚJO, Solange Souza. 2006. 331f. Tipomorfologia das praças e largos de Salvador: intervenções no centro antigo (1980-2005). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo),



- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em:
<<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12076>>. Acesso em: 4 ago. 2022.
- ATLAS PARCIAL DA CIDADE DO SALVADOR. Estado da Bahia, Prefeitura Municipal do Salvador, D.T.C.M. – Diretoria de Tributação da Cidade do Salvador. Esc. 1:1000, 1955.
- BADARÓ, Tadeu Barradas; SILVA, Aline de Figueirôa. Espaços Livres de Salvador: problemáticas e potencialidades na paisagem da Avenida Juracy Magalhães Júnior. *Paisagem E Ambiente*, v. 33, n. 49, p. 1-27, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.paam.2022.197882>.
- BARBOSA, Magda. *As Praças da Cidade do Porto*. Porto: Edita-me, 2011.
- BERJMAN, Sonia. *La plaza española en Buenos Aires 1580/1880*. Buenos Aires: Kliczkowski. Editores, 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- CABRERA, Antonio Tejedor. El inventario de jardines de interés patrimonial en Andalucía: Modelos y propuesta de una base de datos. PH, Especial Monográfico: Multiculturalidad. *Jardines históricos, Andalucía*, n. 27, p.166-177, jun. 1999. Disponível em:
<<https://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/issue/view/27>>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Intervenções em Jardins Históricos: manual*. Brasília: Iphan, 2005.
- IPHAN. *Carta dos Jardins Históricos Brasileiros*. Juiz de Fora: Iphan, 2010.
- MAGALHÃES, Cristiane Maria. 2015. 436f. O desenho na história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil: memória, inventário e salvaguarda. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em:
<https://www.academia.edu/12580757/TESE_O_Desenho_da_Hist%C3%B3ria_no_Tra%C3%A7o_da_Paisagem_patrim%C3%B4nio_paisag%C3%ADstico_e_jardins_hist%C3%B3ricos_no_Brasil_mem%C3%B3ria_invent%C3%A1rio_e_salvaguarda>. Acesso em: 9 maio 2022.
- MENDONÇA, Eneida Maria Souza. A importância metropolitana do sistema de espaços livres da região de Vitória, ES, Brasil. In: EURO ELECS, 2015, Guimarães. *Anais [...]. Guimarães: [s. n.] 2015. p. 2075-2084.*
- RECIFE. Decreto nº 29.537 de 23 de março de 2016. Dispõe sobre a classificação como Jardins Históricos de Burle Marx dos espaços públicos vegetados do Recife que especifica, integrando-os ao Sistema Municipal de Unidades Protegidas do Recife - SMUP Recife, instituído pela Lei Municipal nº 18.014, de 09 de maio de 2014. Disponível em:
<<https://licenciamento.recife.pe.gov.br/sites/default/files/Decreto%20n%C2%BA%2029.53>>. Acesso em: 5 mar. 2022.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Joelmir Marques (Org). *Inventário dos Jardins de Burle Marx no Recife (jardins públicos)*. Recife: Editora UFPE, v.1, 2017. Disponível em:
<<https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/164>>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. *Espaços livres do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife; UFPE, 2000.



SANTOS, Milton. O Centro da Cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

SILVA, Aline de Figueirôa. Jardins públicos de Salvador: um estudo sobre os jardins históricos de interesse patrimonial – Relatório final do Projeto 437001/2018-0, Edital Universal CNPq. Salvador, 2022. 123p. (Não publicado).

SILVA, Aline de Figueirôa; TRINDADE, Calena Santana; BACELAR, Gabrielly de Almeida Ribeiro; BATISTA FILHO, José Roberto Borges. Praças e jardins históricos de Salvador: uma proposta de inventário. Revista Jatobá, v. 5, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5216/revjat.v5.77965>.